

# PREVIDÊNCIA SOCIAL

## JUDICIALIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS DO INSS

### O que o TCU fiscalizou?

No período de setembro/2017 a julho/2018, o TCU realizou Levantamento sobre a judicialização dos benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo as aposentadorias, auxílios-doença e outros benefícios, somente deferidos após discussão na Justiça.

O objetivo do trabalho foi identificar os efeitos e os custos da judicialização para o Estado e para os pretensos beneficiários, mapear as causas, as iniciativas positivas para reduzi-los, os principais processos de trabalho e riscos envolvidos, bem como possíveis ações de controle. Foram analisados dados do período de 2014 a 2017.

### O que o TCU encontrou?

Após os trabalhos, as conclusões foram as seguintes:

- 

**R\$ 92 bilhões em pagamentos de benefícios judicializados**  
corresponde a 15% do pagamento total de benefícios
- 

**51% de provimento judicial entre 2014 e 2017\***
- 

**R\$ 4,6 bilhões de custo processual da judicialização em 2016**  
15.899 pessoas (membros e servidores da JF, PGF, INSS e DPU) equivale a 59% do custo operacional do INSS ( de 7,8 bilhões)
- 

**R\$ 9 milhões em multas ao INSS em 2016**  
em razão de demora no cumprimento de decisões judiciais

### Custos médios em 2016

	Instância administrativa	Instância judicial
Requerimento de benefício	R\$ 894,00	R\$ 3.734,00 *
Perícia médica	R\$ 158,55	entre R\$ 205,93 e 658,61 **

\* 1ª instância da Justiça Federal

\*\* depende do Estado e da esfera demandante: estadual ou federal

## Principais Causas e Iniciativas Verificadas



### Principais Causas

- Gratuidade Judicial
- Possibilidade de Nova Perícia (Judicial x INSS)
- Justiça admite prova testemunhal
- Divergência sobre normas (Justiça x INSS)
- Problemas na legislação
- Grande volume de requerimentos administrativos
- Disponibilidade (dois foros - federal e estadual, chegando a 17% dos novos processos em 2016)
- Na via judicial, advogados recebem os honorários do Governo
- Dificuldades de a União prestar defesa adequada
- Erros do INSS na análise administrativa

### Iniciativas Verificadas

- Desenvolvimento de Sistema de Cruzamento de Dados (Marabá/PA)
- Criação de Gerenciamento de Contencioso de Massa (2016)
- Juizados Especiais Federais (86% dos novos processos em 2016)
- Agências de Atendimento a Demandas Judiciais
- Criação da Figura da conciliação (Janeiro/2018)
- Regulamentações no auxílio-doença e uniformização de procedimentos (2017)

## INICIATIVAS NÃO ATACAVAM AS PRINCIPAIS CAUSAS

## O que o TCU decidiu?

- determinou ao INSS que publicasse relatórios periódicos sobre a judicialização, publicasse os nomes dos peritos judiciais e os valores recebidos pelo serviço e criasse mecanismos de acompanhamento das ações;
- determinou ao INSS/AGU/PGF/PGF-INSS que implementassem banco de dados sobre a judicialização para subsidiar ações da Previdência;
- determinou ao INSS/PGF que adotassem soluções para evitar multas judiciais e implementassem sistema com informações sobre a judicialização;
- determinou a unidades do TCU que, em cooperação com diversos entes, instituísem fórum permanente com vistas a reduzir a judicialização.

## Quais são os próximos passos?

O Tribunal realizou auditoria operacional no INSS e na PGF, a fim de verificar os controles internos associados às atividades relacionadas à judicialização dos benefícios (TC 039.179/2018-4) e está realizando monitoramento das determinações realizadas aos órgãos, com vistas à adoção de medidas para reduzir os problemas verificados (TC 005.105/2019-6)

## DADOS DA DELIBERAÇÃO

Acórdão: 2894/2018-TCU-Plenário

Data da sessão: 5/12/2018

Relator: André de Carvalho

TC: 022.354/2017-4

Unidade Técnica Responsável: Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e da Assistência Social e da Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado